

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 053, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Institui o Plano Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência até 2024, conforme a Lei 13.005/14, de 25/6/14, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art.214 da Constituição Federal.

Art. 2º são diretrizes do PME:

- I** - Erradicação do analfabetismo;
- II** - Universalização do atendimento escolar;
- III** - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV** - Melhoria da qualidade da educação;
- V** - Formação para o trabalho e para cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos que fundamentam a sociedade;
- VI** - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII** - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII** - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX** - Valorização dos (as) profissionais da educação;
- X** - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência do PME.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior, mais atualizados, disponíveis na data da

publicação desta Lei.

Parágrafo único. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação - SME,
II - Comissão de Educação da Câmara de Vereadores,
III - Conselho Municipal de Educação – CMEC.
IV - Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

a) Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
b) Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
c) Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, o município utilizará os estudos publicados pelo INEP, para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas e consolidadas em âmbito nacional e municipal, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

§3º O município acompanhará o cumprimento da meta, que serão avaliadas no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio da lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§4º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final de vigência deste PME, alinhado ao PNE, articuladas e coordenadas pela Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação, instituída nesta Lei, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

§1º A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- a) Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- b) Promoverá a articulação das conferências municipais de educação;

Art. 7º O município atuará em regime de colaboração, com o Estado e a União, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§1º Caberá aos gestores municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais, estaduais, e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º O sistema municipal de ensino criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§5º O município integrará a instância permanente de negociação e cooperação criada entre a União, os Estados e os Municípios.

§6º O fortalecimento do regime de colaboração entre o município e o Estado ocorrerá pela instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada Estado.

§7º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O PME contempla estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

Parágrafo Único. O processo de elaboração e adequação do plano de educação dos Municípios, de que trata esta Lei, será realizado com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 9º O Município deverá aprovar leis específicas, para disciplinar a gestão democrática da educação pública no respectivo âmbito de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação da Lei do PNE, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11. O município utilizará como informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino, os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União em colaboração com Estados e Municípios.

Art. 12. O município pertencerá ao Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, a ser constituído pela União.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 22 de junho de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 053, de 22 de junho de 2015, que *“Institui o Plano Municipal de Educação, e dá outras providências”*

O presente projeto de lei visa instituir o plano municipal de educação., conforme determinação legal expressa na Lei 13.005/14, que definiu 20 metas para o atendimento em todas as modalidades de ensino.

Ressalta-se que a Constituição Federal em seu art. 214, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, determina a elaboração do Plano Nacional de Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394, de 20/12/1996), também ratifica esse entendimento.

Portanto, atendendo as determinações legais, enviamos o presente projeto de lei para apreciação dos nobre Edis.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal